

Local: salão nobre do edifício sede do município de Armamar. -----

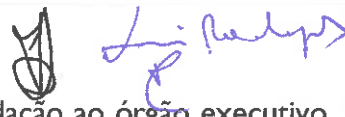
Data: 21 de junho de 2024 -----

Abertura da reunião: nove horas e treze minutos quando, no uso de competências próprias, o presidente da Assembleia Municipal de Armamar, Rui Manuel Tavares Dionísio, deu início à única reunião na presente sessão, dirigindo os trabalhos, depois de verificada a existência de quórum, tendo Luís Manuel Costa Rodrigues, desempenhado as funções de primeiro-secretário e Lisete Mendes Osório, segunda-secretária. -----

O presidente da Assembleia Municipal comunicou a substituição, na presente sessão, de Márcio Morais, por Ana Azevedo, Manuel Paiva, por António Lareiro e comunicou a ausência de Paulo Tolda, Alice Nogueira, Flávia Laranjeira e do presidente de junta de freguesia de Santa Cruz, Bruno Silva. -----

O **presidente da Assembleia Municipal** cumprimentou os presentes e todos os que assistem a esta sessão através da transmissão online. -----

Partilhou alguma informação relacionada com o que aconteceu desde a última sessão até ao presente, referindo que no dia 6 de maio, participou com Rosa Marta na Assembleia Intermunicipal da CIM Douro, em Carrazeda de Ansiães. Durante a reunião, foram analisados documentos importantes, que estão disponíveis para consulta, por todos os membros da Assembleia, no site da CIM Douro. Fez saber que estava prevista a presença do secretário da CIM, nesta sessão, mas por motivos profissionais não pode comparecer. No dia 13 de maio, foi enviado um convite para participação, dos membros da Assembleia, na Assembleia Municipal Jovem, realizada no dia 22 de maio, no salão nobre. Durante a sessão, ocorreu a eleição da Mesa da Assembleia Municipal Jovem e a apresentação de várias propostas dos alunos presentes. Estiveram presentes o senhor presidente da câmara, a senhora vereadora, o membro da assembleia António Lareiro, o diretor do Agrupamento de Escolas e de 16 jovens que compuseram a assembleia. A proposta mais votada foi a "Construção de anfiteatro", apresentada pelos alunos do 12.º



A, que foi incluída na ordem de trabalhos como recomendação ao órgão executivo. Foi comunicada, a pedido de um munícipe, informação sobre as Farmácias "Abem". Também foi informado que os cartões de identificação dos membros da Assembleia que forneceram a fotografia serão entregues ainda hoje. No dia 18 de maio, o presidente participou no quarto congresso da Associação Nacional das Assembleias Municipais, realizado em Barcelos. Estiveram presentes várias figuras importantes, incluindo o presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar, o secretário de Estado da Administração Local, Armando Dias, o presidente da Associação Nacional das Assembleias Municipais, Albino Almeida e o presidente da CCDR-N, António Cunha, entre outros. No congresso, os principais temas abordados focaram-se na importância de aumentar a presença dos jovens nas assembleias e de motivá-los a participar ativamente. Foi discutida a necessidade de as assembleias dinamizarem localmente essas intervenções, salientando que os jovens devem entender que o envolvimento na política é uma forma de servir a sociedade e a comunidade. No congresso, marcaram presença alguns jovens, representantes das assembleias municipais, destacando a importância da juventude nas atividades políticas e comunitárias. Durante o congresso, também foi abordada a importância da realização de assembleias descentralizadas e temáticas. Essas iniciativas visam aproximar as assembleias das diferentes comunidades e permitir uma discussão mais focada em temas específicos, promovendo uma participação mais ativa e abrangente da população local. Outro tema discutido foi a plataforma "PoDe-PLP" da Associação Nacional das Assembleias Municipais (ANAM) e o canal autárquico. A plataforma visa, no futuro, tornar-se uma ferramenta online onde possam ser colocadas questões relacionadas com o poder local e as práticas dos municípios e assembleias municipais. Também foi destacada a importância das assembleias municipais no funcionamento e desenvolvimento dos municípios. Em 14 de junho, decorreu a conferência de representantes dos grupos municipais, que teve como objetivo principal,

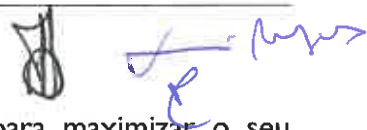
 

preparar a presente sessão de assembleia municipal. -----

Exposição e tratamento de assuntos gerais de interesse para o município -----

Abertas as inscrições usaram da palavra os seguintes membros: -----

António Lareiro cumprimentou os presentes e registou que, na última sessão ordinária da assembleia municipal, foi apreciada e aprovada a Carta Educativa de Armamar. Durante as intervenções sobre o documento, houve consenso sobre a qualidade do trabalho realizado no levantamento das áreas de educação, territorial, demográfica e socioeconómica. No entanto, a CDU reconhece que alguns números da Carta Educativa são preocupantes. Há anos que reclama uma mudança nas políticas que levaram a essa situação, alertando que, se continuarem, poderão ameaçar a própria existência do município. Destacou que, embora uma mudança na política do governo da República seja crucial para promover o investimento e o desenvolvimento do interior do país, é também responsabilidade de todos procurar soluções que criem atividades económicas, promovam o desenvolvimento social e melhorem o crescimento e o bem-estar da população. Um município com as potencialidades que temos nas áreas agrícola, turística, comercial e até industrial não pode ceder ao pessimismo e aceitar a ideia de que está condenado a desaparecer. É essencial explorar e desenvolver essas áreas para garantir um futuro promissor e sustentável. A educação pode ser uma aposta estratégica crucial para o futuro do concelho, especialmente no que diz respeito à oferta formativa e ao desenvolvimento económico, como indicado na Carta Educativa. No entanto, não pode ser a única medida adotada. A criação de atividades económicas que gerem postos de trabalho é igualmente importante, caso contrário, mesmo com a oferta de cursos profissionais em diversas áreas, os formados poderão não encontrar oportunidades de emprego no concelho, prejudicando o desenvolvimento. O concelho possui excelentes condições naturais para o desenvolvimento, incluindo uma atividade agrícola diversificada que resulta em produtos de grande qualidade. É fundamental melhorar



tanto a produção quanto a comercialização desses produtos para maximizar o seu aproveitamento. Além disso, é necessário estabelecer pequenas indústrias para transformar produtos rejeitados pelos mercados e criar condições que permitam que a riqueza gerada contribua para o desenvolvimento e o progresso do concelho. A floresta é outro recurso que, infelizmente, nunca se conseguiu potencializar e valorizar. Na Estratégia Nacional para as Florestas (ENF), como no Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI) encontram-se instrumentos para garantir uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais como a criação das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). As ZIF são zonas de atividade agrícola, produção, criação ao cultivo de produtos agrícolas, incluindo colheitas, ordenha, criação de animais ou detenção de animais para fins de produção ou a manutenção das terras em boas condições agrícolas e ambientais ou produtos florestais. Os principais objetivos das ZIF, para além de garantirem uma adequada e eficiente gestão dos espaços florestais, visam minimizar os bloqueios à intervenção na floresta, integrar as diferentes vertentes da política para os espaços florestais, designadamente a certificação de gestão sustentável que tem como principal objetivo a conservação da natureza e a biodiversidade, conservação e proteção do solo e dos recursos hídricos, desenvolvimento rural, proteção civil e fiscalidade. Por questões de operacionalidade, cada ZIF abrange uma área de quinhentos hectares, vinte e cinco proprietários florestais ou cinquenta prédios rústicos. Outra forma de gestão das florestas que se está a desenvolver, em Portugal, são os agrupamentos dos baldios. Estes agrupamentos têm de ter, no mínimo, dois mil e quinhentos hectares. Aqui, a gestão é um pouco diferente, pois, para além da entidade gestora, têm de existir os órgãos previstos na Lei dos baldios. Em ambos os casos, as candidaturas de limpeza, plantação, sementeira e manutenção da floresta são subsidiadas a 100%. Projetos de aproveitamento de águas, pesca, caça, recursos energéticos, solares, eólicos e hídricos não são apoiados na totalidade e dependem da justificação da sua



utilidade. A entidade gestora tem de ter um técnico de acompanhamento florestal, responsável pelo Plano de Gestão Florestal de duração de três anos. Neste plano, devem constar as necessidades e potencialidades do agrupamento. Posto isto, dirigindo-se a todos os presentes referiu: “somos todos armamarenses e acredito que independentemente das nossas divergências políticas todos queremos o progresso e o desenvolvimento do nosso concelho. Vamos todos acreditar que somos capazes de fazer mais e melhor”. -----

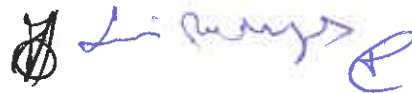
Presidente da junta da freguesia de Folgosa, Márcio Sousa cumprimentou os presentes e o público que assiste à sessão via on-line. Iniciou o seu discurso destacando a importância de um momento histórico: quase três décadas depois, a Folgosa voltará a participar nas marchas do São João, em Armamar. Isto, fruto de uma ideia do executivo da Junta de Freguesia de Folgosa, que foi acolhida com coragem e assumida com grande responsabilidade e profissionalismo pela Associação Nossa Senhora da Graça e Santa Bárbara da Folgosa do Douro. Em nome do executivo da freguesia, expressou os seus sinceros agradecimentos ao presidente da Associação, Ricardo Mendes, e aos demais membros que tornaram isso possível. Reconheceu também o esforço e dedicação de todos os participantes, e fez uma menção especial ao professor Francisco Martins e à senhora Augusta Guedes, cuja ligação e dedicação incansável à comunidade reflete-se na qualidade e beleza do seu trabalho. Enalteceu o arranjo musical e a letra criada para as marchas, felicitando-os pelo excelente resultado. Deixou claro que todos estão de parabéns, agradecendo calorosamente a todos os envolvidos por tornarem possível este regresso tão especial para a comunidade de Folgosa. Reforçou que este momento representa não apenas uma celebração cultural, mas também um marco de união e dedicação de todos aqueles que trabalharam, incansavelmente, para o seu sucesso. -----

Márcio Sousa informou à assembleia que, mantendo o tema do associativismo, enquanto presidente da Junta e, em nome do seu executivo, apenas apoia quem realmente



trabalha e contribui para a comunidade. Frisou que não são "os donos *disto tudo*", mas há regras e critérios estabelecidos para a atribuição de donativos e apoios. O objetivo, segundo ele, é garantir que o esforço e os méritos das associações e grupos que se dedicam ao desenvolvimento da freguesia sejam devidamente reconhecidos e apoiados de forma justa e transparente. Márcio Sousa afirmou que é difícil colaborar com a Associação Desportiva e Cultural da Folgosa do Douro, referindo que, em seis meses, a associação atinge o seu ponto alto com a iniciativa de entrega de água na maratona. No entanto, fora dessa atividade, pouco ou nada tem produzido. Disse que é acusado de ser parcial, mas reafirmou a sua posição com firmeza: "*E sou. Repito, apoio quem trabalha.*" Desta forma, reforçou o seu compromisso com a meritocracia e a valorização do esforço e dedicação por quem trabalha. Concluiu deixando um convite especial para a 2.ª Edição do Mercado Sabores Douro, que se realizará, no dia 27 de julho, no parque de Lazer de Folgosa. Aos emigrantes, tanto da Folgosa como do restante concelho, desejou uma boa viagem para aqueles que vêm de férias, expressando o seu carinho e reconhecimento pelo papel importante que estes desempenham na ligação à terra natal. Aproveitou também para desejar a todos um feliz São João. -----

Sara Gouveia cumprimentou os presentes e os que acompanham esta sessão via on-line. Disse que gostaria de esclarecer algumas questões com o presidente da Câmara, começando por referir um assunto que foi abordado na assembleia, em dezembro de 2017, a resposta social para pessoas portadoras de algum grau de deficiência. Já muito se foi falando e, na verdade, não adianta esmiuçar o óbvio, que é o facto de ser uma necessidade eminente. Pergunta se vai haver, ou não, resposta nesta área e com o que se pode contar. Procurou saber o ponto de situação do projeto que em tempos foi apresentado pelo senhor presidente, aqui, na assembleia. De seguida observou que é do conhecimento público que a Fundação Gaspar e Manuel Cardoso vai encerrar a valência do ensino pré-escolar. Assim sendo, o jardim de infância de Armamar, pertencente ao



Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, terá em mãos um desafio que passará pela resposta total e exclusiva dos alunos do pré-escolar. Segundo dados oficiais da Fundação, irão transitar vinte e dois alunos e, da creche da Associação de Solidariedade Social e Recreativa de São Cosmado, estão previstos transitar sete. Quatro, mais três em regime de matrículas condicionais, por se tratar de crianças que fazem anos depois de setembro. Estamos a falar de um total de noventa e sete matrículas confirmadas para o próximo ano letivo. Questionou o senhor presidente do que está a ser feito para que sejam salvaguardadas as condições para estas crianças; quantas salas, grupos de trabalho haverá, além das quatro atuais, e se as instalações estão preparadas para esse número de alunos. Por fim desejou um bom São João aos presentes e que “possamos” todos contribuir, de alguma maneira, para que as festividades do concelho sejam bem-sucedidas. -----

Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e destacando as disposições anteriores. Ele começou por António Lareiro, expressando concordância com a afirmação de que a Carta Educativa é um documento bem elaborado e que a mesma não se limita, apenas, aos problemas da educação mas, também, reflete a realidade do concelho a nível económico, social, entre outros. O presidente comentou que a tendência de perda de população não é exclusiva de Armamar. Ele observou que, conforme os últimos Censos, todos os concelhos do interior do país, com exceção de Sernancelhe, enfrentaram uma diminuição. Concordou que as principais atividades económicas do concelho, especialmente a agricultura, incluindo a viticultura e a fruticultura, estão a tornar-se cada vez mais mecanizadas. Ele destacou que essa mecanização é positiva, pois torna as atividades mais sustentáveis para quem as pratica. No entanto, também é natural que essa evolução se reflita na necessidade de mão-de-obra. Também mencionou que, embora a atividade industrial no concelho não tenha registado um aumento significativo no número de empresas, houve



um crescimento notável no número de investimentos criados. Ele citou a empresa Fumados Terras do Demo, como um exemplo positivo desse crescimento, destacando que, em apenas dois anos, a empresa aumentou o seu quadro de funcionários em mais de cem. Destacou que, devido à localização geográfica do concelho, à sua beleza natural e à inclusão no Douro Património da Humanidade, há uma forte aposta no turismo, salientando a importância de se seguir esse caminho e, para isso, acredita que é necessário investir na formação da população local. A formação é vista como essencial para garantir que a comunidade possa aproveitar ao máximo as oportunidades geradas pelo crescimento do turismo e contribuir eficazmente para o sucesso do setor. Em relação à questão dos cursos de formação oferecidos em Armamar e em outros concelhos, observou que muitos desses cursos não estão alinhados com as atividades económicas locais. Ele destacou que, apesar dos esforços do município e da vereadora Cláudia Damião, enquanto responsável, tem havido essa insistência com o IEFP para direcionar os cursos de formação para as áreas relevantes para o concelho. Essa abordagem é vista como um passo importante para alinhar a oferta de formação com as necessidades do mercado local, especialmente no contexto do crescimento do turismo e da criação de empregos nesse setor. Quanto à questão dos investimentos e estratégias para as áreas florestais, em Armamar, destacou que um dos problemas enfrentados é a dimensão restrita das manchas florestais. Os baldios das freguesias de Armamar, Santa Cruz, São Martinho das Chãs, São Cosmado e Cimbres, juntos, somam menos de dois mil e quinhentos hectares. Essa dimensão limitada dificulta a formação de uma associação de baldios. No entanto, existem outros mecanismos e projetos disponíveis para enfrentar esse desafio. Apesar das limitações, ainda há oportunidades para implementar estratégias e desenvolver iniciativas que beneficiem as áreas florestais. Salientou a importância de investir na floresta, tanto em termos de produção quanto de manutenção com a criação de espaços de lazer e motivar as pessoas, através da



utilização das florestas, voltar à criação dos caprinos. É uma matéria que tem de ser trabalhada. -----

Passando à intervenção de Márcio Sousa, parabenizou a freguesia de Folgosa pela participação da sua marcha no São João de Armamar, após vinte e sete anos. Ele expressou entusiasmo por recebê-los com grande prazer e braços abertos. Além disso, aproveitou para felicitar todas as associações que estarão presentes com as suas marchas na festa de São João, elogiando o trabalho magnífico que realizam. Informou que não cabe a ele pronunciar-se sobre as questões relativas ao associativismo, uma vez que essas instituições são autónomas. Esclareceu que o município tem formas de apoiar o associativismo, seguindo regras definidas, mas a junta de freguesia de Folgosa tem as suas próprias regras e diretrizes. Portanto, as questões internas relacionadas com a associação que referiu são mais pertinentes à freguesia do que à assembleia municipal. --

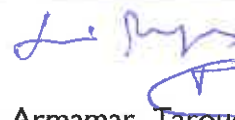
Em relação à intervenção de Sara Gouveia, a respeito das respostas sociais para pessoas com necessidades especiais, reconheceu que o processo foi um pouco mais demorado do que o ideal, mas destacou que, ao longo do tempo, foram criadas as condições para garantir o financiamento para uma resposta social adequada a essas necessidades. A candidatura feita pela Fundação Gaspar e Manuel Cardoso, para a reabilitação do edifício do antigo hospital de Armamar e, posteriormente Lar da Fundação, foi aprovada em dois programas, no PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e no PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos). O que está previsto é a criação de um lar residencial e de um Centro de Atividades Ocupacionais (CACI). O lar residencial terá capacidade para dezasseis utentes e o CACI para vinte e quatro. A Fundação já lançou o procedimento para a execução da obra, ao qual concorreram duas empresas e a obra já foi adjudicada. Julga que há condições de até ao final do mês de julho se iniciarem os trabalhos e o prazo de execução será de dezoito meses. Se o prazo não derrapar, em finais de 2026 teremos essa resposta, em Armamar. Quanto à situação do pré-escolar e



do encerramento desta valência na Fundação, como disse Sara Gouveia, transitaram vinte e duas crianças para o ensino público. Ressalvou que a Fundação já tinha informado a DGESTE e o Ministério da Educação desta intenção, há mais de meio ano e, infelizmente, o Agrupamento de Escolas só recebeu no final da semana anterior a validação por parte da tutela para a criação de mais uma sala. É tempo em demasia para darem uma resposta. De qualquer forma, há condições para acomodar este número de alunos. O jardim de infância tem duas salas vagas e uma delas vai se apetrechada para esse efeito. Quando iniciar o novo ano letivo vão estar, com certeza, criadas as condições para receber as crianças. -----

António Lareiro comentou que há uma má interpretação, por parte do presidente da Câmara Municipal, em relação ao que disse sobre a Carta Educativa porque o que referiu, na altura, e continua a afirmar é que o levantamento sobre a realidade do concelho, foi bem realizado. No entanto, em relação ao que é apontado para o futuro não concordam com o pessimismo que é mencionado no documento e acreditam que é possível inverter o sentido que apontam. -----

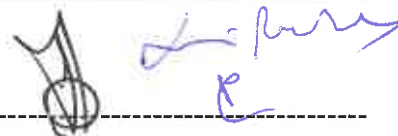
Em relação à formação profissional concordam que ela exista, mas, se não houver um desenvolvimento correspondente nas atividades económicas e na criação de oportunidades de emprego, pode haver um desajuste entre as habilitações adquiridas e as necessidades do mercado. Isso pode levar a um cenário onde indivíduos bem formados não conseguem encontrar empregos adequados às suas qualificações. Portanto, é importante que as políticas de formação profissional estejam alinhadas com estratégias de desenvolvimento económico para garantir que as competências adquiridas tenham um caminho claro para a aplicação no mercado de trabalho. Em relação ao aproveitamento florestal dos baldios observou que os agrupamentos de baldios são frequentemente regionais e não se limitam a um único concelho. Isso significa que a área disponível para aproveitamento florestal pode ser maior do que a exigida se



considerarmos a soma dos baldios de diferentes concelhos, como Armamar, Tarouca e Lamego. A integração de áreas de baldios de vários concelhos pode proporcionar um maior potencial de gestão e aproveitamento florestal, facilitando a implementação de projetos e iniciativas que beneficiem uma área maior. É importante considerar essa abordagem regional para otimizar o uso dos recursos florestais e promover uma gestão mais eficaz e sustentável. Sobre as Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) observou que podem ser um instrumento muito eficaz para a gestão e valorização das áreas florestais. A criação de ZIF permite a implementação de planos de gestão florestal que incluem a limpeza dos matos, a prevenção de incêndios e a promoção de atividades sustentáveis. O facto de as candidaturas para projetos relacionados com ZIF serem subsidiadas a 100% é uma vantagem significativa, pois reduz os custos para os proprietários e gestores florestais. Além disso, a possibilidade de aproveitar a lenha para a criação de energia pode contribuir para a rentabilidade da floresta, tornando-a economicamente mais viável e incentivando práticas de gestão ativa. Depois, a relação com o turismo é um aspecto importante a considerar no desenvolvimento das ZIF. As áreas florestais bem geridas podem tornar-se atrações turísticas, oferecendo experiências na natureza que atraem visitantes. Isso não só promove o turismo sustentável, mas também gera benefícios económicos para as comunidades locais. O técnico de gestão florestal, responsável pelo plano, que tem duração de três anos, desempenha um papel fundamental nesse processo. Com um plano bem elaborado e executado, as ZIF podem contribuir significativamente para a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento económico local e a valorização do turismo na região. -----

O **presidente da Câmara Municipal** referiu que o gabinete de gestão florestal do município através engenheiro florestal procurará, nestas partes mais técnicas, perceber como isso funciona. Em relação à Carta Educativa disse que não considera um pessimismo, mas uma constatação o que está vertido no documento, para a qual todos

pretendemos trabalhar para inverter essa tendência. -----



Pediu autorização ao presidente da Mesa para prestar algumas informações à Assembleia e informou que o contrato de financiamento, com o PRR, para a construção do novo Centro de Saúde de Armamar foi assinado no dia anterior e o lançamento do procedimento para a construção ocorrerá nos próximos quinze dias. Sobre a requalificação das estradas, informou que o pedido de empréstimo foi enviado ao Tribunal de Contas, que já solicitou esclarecimentos adicionais, os quais foram fornecidos. Para evitar problemas futuros e conforme sugerido pela Lei, o município adjudicou a revisão do projeto de requalificação das vias. O trabalho de revisão está em andamento, com um prazo de 45 dias para a sua conclusão. Após a revisão, será lançado o procedimento a concurso, e a obra deverá iniciar-se entre setembro e outubro. Parabenizou Américo Moreira pelo lançamento do seu novo livro, “Cintilações”, e desejou-lhe muito sucesso com esta nova obra. Dirigiu uma palavra de reconhecimento e agradecimento à Universidade Sénior pela realização do seu Fórum. Mencionou que no fim de semana anterior, decorreu o Grande Prémio Internacional do Douro em ciclismo, uma prova de três etapas que passou por vários concelhos da região. A primeira etapa partiu de Santa Marta de Penaguião e terminou em Carrazeda de Ansiães, a segunda de Tabuaço com chegada a Armamar, e a terceira da Régua com chegada a Lamego. O evento destacou-se pela qualidade das condições para o ciclismo no Douro, especialmente a subida de Armamar, considerada uma das melhores do país. O Grande Prémio foi bem-sucedido e ajudou a promover o município através do desporto. Deixou uma nota de reconhecimento pelas atividades do Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira, incluindo o sarau gímnico e o espetáculo de encerramento do ano letivo. Parabenizou José Henrique Peixoto pelo primeiro lugar no Campeonato Europeu de Triatlo em Coimbra. Destacou também as Jornadas Europeias de Arqueologia realizadas na Adega Cooperativa, presididas pelo Dr. José Encarnação, catedrático jubilado em

arqueologia pela Universidade de Coimbra. -----

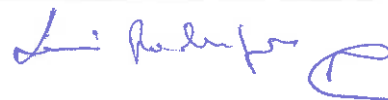
INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

A cidadã Alexandra Rodrigues cumprimentou os presentes e informou que a sua presença na Assembleia tem como propósito levantar uma questão que para si parece premente de ser tratada na aldeia onde habita. Referiu que há três anos e meio, ela e o marido, trocaram a grande cidade pelo interior do país com o objetivo de serem intervenientes ativos e ajudar a desenvolver o potencial do território onde se decidiram instalar, em Goujoim, concelho de Armamar. Residem em Goujoim e têm dedicado a maior parte do tempo a recuperar uma quinta designada “Quinta do Gonçalves”, abandonada há cerca de vinte anos, nessa localidade, que é denominada pelo município, como “aldeia museu do concelho”. Ao longo deste tempo, têm contribuído para a dinamização da aldeia e do concelho acrescentando valor, sempre que possível. Recentemente, iniciou atividade como agente de animação turística, focando-se no eco agroturismo. Ela e o marido propõe-se divulgar a história, tradições e beleza natural de Goujoim, destacando especialmente as questões de educação ambiental. Dirige-se hoje à Assembleia para questionar o estado atual do saneamento em Goujoim. Informa que já havia levantado a mesma questão na Assembleia de Freguesia, em julho de 2023, o que resultou numa visita do presidente da Junta de Freguesia e um técnico do município ao local. Foi identificado o problema: a fossa séptica da aldeia não recebeu manutenção, incluindo a limpeza periódica obrigatória. Há anos, foi feita uma ligação direta da fossa à ribeira, o que significa que a fossa não está a cumprir a sua função de tratar e escoar águas residuais. Atualmente, isso representa um crime ambiental e de saúde pública. Para ilustrar o problema, mencionou que as ovelhas da quinta frequentemente caem na ribeira, e quando vão retirá-las é fácil verificar que a qualidade da água que desagua no Tedo e, depois, no Douro está comprometida. A fossa séptica não está a cumprir a sua



função de filtrar dejetos e está a despejar águas sujas diretamente na ribeira, ao invés de apenas tratar e escoar esses dejetos de forma adequada. Passado um ano desde a comunicação na Assembleia de Freguesia, ainda não houve intervenção para resolver o problema. Considera que a situação é urgente devido às questões de saúde pública, poluição ambiental e impacto na imagem da aldeia para os visitantes. O seu projeto de eco agroturismo inclui o desenvolvimento de caminhadas por percursos pedestres certificados, como a GR14, que passa por Goujoim e outros trilhos dentro da própria quinta. Esses percursos proporcionam uma experiência visual e ambiental que destaca a beleza e o valor natural da região. Observou que a situação atual é prejudicial para o cumprimento dos objetivos do seu projeto e para a saúde pública dos habitantes da aldeia. Solicita, portanto, atenção e intervenção urgente para resolver o problema. -----

O **presidente da Câmara Municipal** agradeceu a presença de Alexandra Rodrigues na Assembleia Municipal e o facto de vir expor o seu problema. Expressou o desejo de ter mais casais como Alexandra e o marido, Mário, que trocassem as grandes cidades por pequenos concelhos, pois isso, certamente, resultaria em mais pessoas e maior massa crítica na região. Quanto ao assunto em questão, mencionou que o mesmo é do conhecimento do município. Explicou que a fossa foi instalada em um local de difícil acesso, o que impediu a realização das manutenções necessárias. Nem o município, nem as empresas especializadas em limpeza de fossas tinham acesso adequado para os camiões limpa-fossas realizarem a manutenção. Essa situação está identificada, assim como outras em várias freguesias do concelho. O município lançou um procedimento para a eliminação de todas as fossas sépticas do concelho, que serão substituídas por ETAR's compactas, visando uma solução definitiva para o problema, estando os projetos em andamento. Em 2019 e 2020, foram realizadas candidaturas no âmbito do POSEUR, um programa de apoio a este tipo de construções. No entanto, devido à mudança nas regras de acesso aos fundos comunitários, que passaram a exigir que as candidaturas



fossem feitas por entidades intermunicipais e não pelos municípios individualmente, os fundos ficaram bloqueados. No Douro Sul, não se constituiu a entidade intermunicipal necessária, o que levou ao bloqueio dos fundos. Atualmente, o município dispõe de fundos próprios para realizar as intervenções necessárias, de acordo com a estimativa orçamental. O projeto deve ser concluído nos próximos trinta dias, após o que será aberto um procedimento de concurso. A expectativa é resolver não só o problema de Goujoim, mas também as outras situações semelhantes. Concorde que essas situações representam uma ameaça ao ambiente e precisam ser erradicadas. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) Apreciação da informação escrita, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira (cuja cópia passou a constituir o anexo I à ata) -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

António Lareiro em relação à Carta Educativa, afirmou que concordam com o realismo do documento, mas ressaltaram que o pessimismo também reflete a realidade da situação. O estudo aponta um futuro preocupante e os números apresentados devem servir para pensar e refletir, de modo a possibilitar uma reação adequada. Sobre a atividade do município durante este período, afirmou que é importante reconhecer que a Câmara não está parada, está mesmo paralisada. Se o município tem uma receita de quase 50%, do previsto no orçamento anual, mas a despesa com obras é de apenas pouco mais de 5%, esses números podem dar a impressão de que pouco tem sido feito. Lembrou que na última sessão discutiu-se a ampliação da pedreira da Serra de São Domingos e que o senhor presidente havia prometido providenciar uma fiscalização para verificar se a empresa tinha cumprido os condicionamentos estabelecidos em 29 de abril de 2019. A ampliação autorizada aumentou a área da pedreira de 31.333 m² para 139.740 m², um aumento de 108.407 m². Perguntou se a fiscalização foi realizada, quais



foram as conclusões da vistoria e se foi emitida a licença definitiva ou indeferido o pedido. Um dos condicionamentos era a instalação de uma vedação ao redor do perímetro da pedreira, a qual não é visível em toda a extensão. -----

O presidente da **Mesa da Assembleia Municipal** disse compreender a questão formulada, mas destacou que é necessário centrar-se nos pontos em análise. No momento, o foco é a informação escrita sobre a atividade do município, e questões como a fiscalização da pedreira deveriam ser abordadas no período antes da ordem do dia. -----

O **presidente da Câmara Municipal** disse que não sabe se a Câmara está parada ou não, pois continua a observar atividade. Tanto ele quanto o vereador António Silva realizam muitos pagamentos, quase diariamente. Portanto, acredita que a Câmara não está parada e que está a progredir de forma adequada. Em relação ao assunto da pedreira referiu que os serviços técnicos do município entenderam que a Câmara não deve realizar a vistoria ao espaço sozinha. A vistoria deve envolver técnicos da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), que são responsáveis por este tipo de licenciamentos. Foi enviado um pedido a essas duas entidades para que indiquem os técnicos que possam realizar a vistoria em conjunto com os técnicos do município, aguardando-se a resposta dessas entidades para proceder com a vistoria conjunta ao local. -----

2) Ata da sessão extraordinária de 28 de março de março de 2024 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão.

3) Ata da sessão extraordinária de 25 de abril de março de 2024 -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, pelos membros presentes na referida sessão. -

4) Processo IIII4/2024. Demonstrações previsionais 2024 – Segunda Alteração Orçamental Modificativa (cuja cópia passou a constituir o anexo II à ata).



O **Presidente João Paulo Fonseca**, de forma breve, explicou que a segunda alteração modificativa se justifica pela necessidade de inscrever duas classificações económicas. Uma delas é relativa a transferências correntes e, outra, transferências de capital, no âmbito das candidaturas ao PRR. No que diz respeito às transferências correntes estão relacionadas com o “Radar Social” e as transferências de capital têm a ver com a construção do novo centro de saúde e com a requalificação da Escola Gomes Teixeira. -----

Abertas as inscrições usou da palavra o seguinte membro: -----

António Lareiro referiu que, no passado dia 12 do corrente mês, leu uma notícia, na imprensa regional, sobre um acordo entre o Governo da República e Autarquias Locais da região no âmbito do programa “Recuperar Portugal – Estratégia Local de Habitação”. Através da notícia, soube que os municípios de Lamego, Moimenta da Beira, Sernancelhe e São João da Pesqueira, ao abrigo deste programa, vão realizar grandes investimentos na recuperação e construção de casas. O município de Lamego contará com noventa e nove habitações novas, Sernancelhe um investimento de dois milhões de euros e São João da Pesqueira 1,3 milhões de euros. Na região do Norte serão contemplados oitenta e seis municípios e da região estão incluídos os municípios de Castro Daire, Oliveira de Frades e São Pedro do Sul. Está previsto um investimento global de 1,8 mil milhões de euros para construir e recuperar vinte e seis mil fogos. Perguntou ao presidente da Câmara que projetos e candidaturas o município de Armamar tem, no âmbito deste programa, contemplados com verbas do PRR. -----

O **presidente João Paulo Fonseca** delegou na vereadora Cláudia Damião a resposta às questões, por ser a detentora do pelouro da ação social. -----

A vereadora Cláudia Damião cumprimentou os presentes e informou, especificamente, a António Lareiro mas também a todos os presentes que foram apresentadas várias candidaturas no âmbito da Estratégia Local de Habitação: do município de Armamar,



enquanto promotor da Estratégia, das IPSS, proprietárias de habitações e dos beneficiários diretos. Foi uma candidatura tripartida em que os proprietários poderiam candidatar-se, as IPSS também e o município fez, também, a sua candidatura. Na Estratégia Local de Habitação do município e no acordo de cooperação com o IRHU estava prevista a aquisição de catorze habitações e requalificação das mesmas, para além da requalificação das que já eram propriedade do município. No âmbito da consulta que foi divulgada, ao público, em que o município se assumiu como entidade interessada na aquisição, apenas, surgiram seis propostas e reuniram-se condições, nessa altura, de apresentar quatro candidaturas para a aquisição e requalificação, porque houve alguma dificuldade no que diz respeito à legalização dessas habitações. Porém, foram apresentadas as candidaturas e é um facto que alguns municípios já foram chamados a assinar os acordos de financiamento. O município de Armamar não foi, por isso motivou da “nossa” parte um pedido de audiência à tutela para perceber o que é que está em causa. Porque não é só o município, per si, como as IPSS, duas especificamente do concelho, que também apresentaram candidaturas e, até hoje, não viram resposta, assim como beneficiários diretos do concelho. Essa reunião está agendada e estamos expectantes pelas respostas. Disse ter conhecimento que, no cenário dos municípios vizinhos, também, há alguma insatisfação, apesar de terem sido chamados a assinar acordos, não correspondem às suas expectativas. Destacou que havia um conjunto de critérios que poderiam impedir a aprovação das candidaturas: ou esgotava a verba nacional que foi definida, ou esgotado o número de fogos que tinha sido considerado, ou as candidaturas serem apresentadas fora do prazo. Por aquilo que sabe a verba ainda não está esgotada, o número e habitações que tinha sido preconizado, em termos de Estratégia Nacional ainda não foi atingido e as candidaturas foram apresentadas até 31 de março e, mesmo assim, não estão a ser aprovadas. Segundo sabe os municípios que foram chamados a assinar protocolo, foram aqueles que apresentaram as suas

candidaturas até ao início de janeiro de 2024. Há aqui, claramente, um critério de desigualdade porque se o prazo era até 31 de março não se percebe o porquê de alguns municípios não terem sido considerados e aqueles que foram muito aquém da expectativa. Disse que dará mais informações, logo que possível, após a reunião com a tutela. -----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade. -----

4) Assembleia municipal jovem – Proposta de recomendação -----

Transcrição do teor: -----

“No dia 22 de maio de 2024 pelas 14h30, no salão nobre do edifício sede do município de Armamar decorreu a Assembleia Municipal Jovem de Armamar, uma iniciativa da Assembleia Municipal de Armamar em colaboração com a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas Gomes Teixeira. -----

Da ordem do dia fez parte a eleição da Mesa da Assembleia Municipal Jovem, seguida da apresentação de 16 propostas (do 7º ao 12º ano). Após a apresentação procedeu-se à votação, por parte dos 16 alunos presentes, tendo-se verificado que a proposta mais votada, foi a apresentada pelos alunos do 12.ª com a proposta de “Construção de Anfiteatro” (13 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções). -----

Este projeto permitiu à comunidade juvenil e educativa do concelho uma aproximação aos órgãos do poder político local, assim como estimular e desenvolver nos jovens, competências para o exercício de uma cidadania ativa e responsável, valorizando a sua participação informada, na defesa dos seus direitos e na assunção dos seus deveres de cidadãos, dando-lhes voz junto dos órgãos municipais. -----

Em reunião de conferência de Representantes no dia 14 de junho foi decidido por unanimidade solicitar o agendamento do seguinte ponto da ordem do dia da sessão ordinária de 21 de junho de 2024: Proposta de recomendação à Câmara Municipal de Armamar que analise e considere a proposta mais votada na Assembleia Municipal Jovem (“Construção de Anfiteatro”).” -----



O **presidente da Câmara Municipal** elogiou a organização da Assembleia Municipal Jovem, destacando que é uma ótima oportunidade para envolver os jovens na política local. Apesar da proposta apresentada ter sido a mais votada pelos membros da Assembleia Municipal Jovem, todos eles trouxeram boas propostas e algumas preocupações para o concelho. Esse tipo de participação juvenil é fundamental para a renovação e desenvolvimento das políticas municipais. Afirmou que o executivo está recetivo à proposta vencedora da Assembleia Municipal Jovem. Embora o objetivo de dotar o concelho com um equipamento cultural seja uma necessidade reconhecida por todos, ele alertou que, devido aos compromissos financeiros já assumidos para os próximos anos, a concretização desse projeto pode não ser viável no próximo ou nos dois anos seguintes. No entanto, é encorajador ver que a preocupação e a proposta dos jovens alinham-se com o desejo do executivo de promover mais atividades culturais em Armamar. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Encerramento da reunião -----

Conforme está disposto no n.º 4 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi feita a leitura do texto das deliberações, submetendo-o a apreciação e votação sob a forma de minuta. -----

Deliberação: Aprovada, por unanimidade. -----

Forma de votação -----

----- Todas as deliberações desta reunião foram votadas de forma nominal -----

----- Não havendo mais nada a tratar, foi pelo presidente da assembleia municipal encerrada a sessão às 10 horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Presidente:

Paulo Manuel Teófilo

Primeiro secretário:

João Manuel Costa Rodrigues

Segundo-secretário:

Lisete Mendes Osório